

X
Anc - OK

Contrariando todas as expectativas, o presidente José Sarney não assinou ontem o decreto instituindo a comissão que irá elaborar, sob a presidência do jurista Afonso Arinos, o esboço da nova Constituição. Poderá fazê-lo hoje, caso considere satisfatório o novo texto no qual a assessoria do ministro da Justiça, Fernando Lyra, trabalhava na noite de ontem.

Hoje, às 8h30, o presidente Sarney e o ministro da Justiça vão reunir-se no Palácio da Alvorada para um novo e possivelmente definitivo exame da questão. Sarney preferiu que somente após a assinatura do decreto fosse divulgada a lista dos nomes que irão integrar a comissão. O empresário Antônio Ermírio de Moraes e a advogada Floriza Verucci, que atua num programa feminino de televisão, ambos de São Paulo, foram incluídos na comissão.

Empresariado na Constituinte

No Rio, o assessor especial do presidente Sarney, ex-deputado Célio Borja, considerou que tudo é válido para que o empresariado brasileiro influa na vida política e, conseqüentemente, na composição da Assembléia Nacional Constituinte: fazer comícios, organizar debates e participar dos partidos.

Durante a abertura da III Plenind (reunião plenária das indústrias fluminenses) o assessor presidencial, ao abordar a participação do empresariado e do Estado no processo de transição institucional, destacou, em sua palestra, que é legítima a influência do poder financeiro através da compra de votos. "Mas não devemos esquecer que eleição não se faz sem dinheiro, que deve ser aplicado legitimamente nas campanhas", frisou.

Por outro lado, defendeu a limitação do poder público na nova Constituição, ao sustentar que "o Estado não foi feito para produzir bens de serviço e competir com a iniciativa privada".

Concorrência

Mais tarde, ao tomar posse como diretor-geral do Instituto Tancredo Neves, que tem como principal objetivo promover a divulgação do pensamento liberal, Célio Borja acentuou: "Não contribuimos para o Tesouro para que o Estado venha a concorrer conosco. Contribuímos para ele faça o que não podemos ou não temos competência para fazer. Nos últimos 20 anos perdeu-se a distinção clássica entre o que é público e privado", disse.

Comissão da Constituinte: Sarney hesita e os nomes não saem.



Arinós, o presidente da comissão.



Célio Borja fala aos empresários

Ao elogiar a iniciativa do presidente da República em convocar a Constituinte, Célio Borja observou que a comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos não tem como objetivo "tutelar os futuros constituintes, mas oferecer subsídios para que possam realizar o seu trabalho". A questão sindical deverá merecer uma especial atenção dos constituintes, segundo Célio Borja, já que a atual legislação se inspirou na "Carta del Lavoro", de Mussolini "e permaneceu até os dias atuais praticamente intocada". A nova Constituição, no seu entender, deverá proporcionar maior liberdade nas relações entre em-

pregados e empregadores, reduzindo, ao mínimo, o papel do Estado nas questões trabalhistas.

Donato quer mobilização

Estimular a coesão dos industriais para iniciar uma forte ação política, a exemplo do que tem acontecido com os trabalhadores, é o objetivo da III Plenind, que na reunião de ontem em Nova Friburgo, contou com a presença de mais de 300 empresários da região serrana fluminense. Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), Artur João Donato, "as lideranças empresariais têm grande interesse por esta participação política, mas falta a mobilização, que é urgente".

Promover vocações políticas

"Vamos trabalhar para promover vocações empresariais que se lancem no cenário político, até então embotados pela timidez ou desinteresse", insistiu Artur Donato. O industrial, no entanto, prefere aguardar maior definição do quadro político-partidário para saber que legenda apoiar ou se as indústrias lançarão algum empresário como candidato. Segundo Donato, a influência política da classe será no sentido de "garantir a livre empresa, a economia de mercado, justiça social, contenção do ímpeto estatizante, direito de propriedade e reforma agrária racional".

Fortalecimento da Federação

Em entrevista à imprensa, o presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), Lauro Leitão, defendeu ontem o fortalecimento da Federação, dando mais poderes aos Estados-membros, que perderam poderes durante os últimos 20 anos. Lauro Leitão, que pronunciou-se sobre a Constituinte, pregou ainda a devolução das prerrogativas do Legislativo.

Segundo o presidente do TFR, o poder constituinte "é o poder de constituir, de organizar juridicamente o Estado, que se pressupõe desconstituído". Para o magistrado poder constituinte, por direito natural, reside no povo, "sendo este o titular da soberania".

Ao ressaltar que o poder constituinte é do povo e não está condicionado a qualquer lei, para elaborar a nova Constituição através de seus representantes (os deputados e senadores que serão eleitos), Lauro Leitão afirmou que se os parlamentares traírem os eleitores, não retornarão ao Congresso.